



Legionela é argumento para obrigar enfermeiros em greve a trabalhar

Emergência. Despacho ministerial congela greve nos cinco hospitais com mais doentes. Profissionais cumprem mas ameaçam com tribunal

ANA MAIA e DIANA MENDES

O Ministério da Saúde obrigou todos os enfermeiros dos cinco hospitais onde estão a receber tratamento a maioria dos doentes infetados com legionela (que já infetou 311 pessoas e matou 7) a irem trabalhar hoje e na sexta-feira (21), dias de greve nacional. Invoca como argumento a grave emergência de saúde pública que constitui o surto. Ontem à tarde emitiu um despacho – a que o DN teve acesso – que obriga os enfermeiros que estavam escalados a comparecer ao trabalho, independentemente de aderirem ou não à greve. Os profissionais vão cumprir, mas dizem que “não vão trabalhar além do acordado nos serviços mínimos”. E admitem levar o ministério de Paulo Macedo a tribunal.

O despacho chegou ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) ao final da tarde e nele são comunicadas novas regras para o Centro Hospitalar de Lisboa Norte, Lisboa Ocidental, Lisboa Central e Hospitais Amadora-Sintra e de Vila Franca de Xira, que são os que mais têm recebido doentes infetados com a

bactéria e que têm mais casos de internamento. O ministério invoca uma situação de exceção, após ponderar “entre o direito à greve e os direitos fundamentais dos cidadãos que podem ser lesados”. Isto por recetar que os recursos afetos aos serviços mínimos “sejam insuficientes” devido às “necessidades em saúde decorrentes do excepcional surto”.

Em greve, têm de comparecer os enfermeiros equivalentes aos escalados para os turnos da noite nos serviços de 24 horas, como urgência, internamento, cuidados intensivos ou bloco operatório (para urgência). Agora, o número de profissionais “deve coincidir com o que figurar, para cada um dos turnos, do horário aprovado”, diz o despacho assinado pelo secretário de Estado Manuel Teixeira, referindo-se à escala que já estava feita.

Enfermeiros ponderam tribunal

O sindicato diz que o despacho é legal e aconselha todos os enfermeiros a comparecer. Mas Guadalupe Simões, dirigente do SEP diz que “o despacho não os obriga a trabalhar além dos serviços mínimos”. “Não diz nada. E não faz sentido partici-

par em operações ou internamentos que nada têm que ver com a legionela. É por isso que estamos a ponderar ir para tribunal ou pedir a intervenção do Conselho Económico e Social nesta matéria, já que os hospitais foram avisados e aceitaram as condições dos serviços mínimos”, disse.

Desde a manhã de ontem que o Ministério da Saúde e o SEP estiveram em contacto para encontrar uma solução para a greve, numa altura em que a região de Lisboa convive com um grave surto de legionela, que afetou já 311 pessoas. Também o diretor-geral da Saúde, Francisco George, falou ao telefone com o SEP pedindo o adiamento da greve. “Expliquei que não era oportuno em termos de riscos para os doentes. Terá certamente tradução nos cuidados de saúde”, relatou.

A tutela concordou com uma reunião urgente com os profissionais, mas a meio da tarde desconvocou-a, porque o SEP anunciou a intenção de manter a greve prevista. “Infelizmente, o SEP não compreendeu a gravidade do momento e colocou as suas reivindicações acima do bem-estar dos doentes.”

Acusação que os enfermeiros contestaram. “Não podemos desconvocar uma greve sem conhecer as propostas em causa. Isso vai contra os objetivos da greve, que visam lutar pelos nossos direitos”, criticou Guadalupe Simões. “Estão a tentar diminuir a nossa imagem. Continuamos e continuaremos disponíveis a desconvocar a greve se houver propostas para discutir.”

Resultados em breve

É possível que hoje possam existir novidades relativamente à origem do surto de legionela, que já provocou nove mortes (sete confirmadas). “Em princípio antes da meia-noite teremos resultados”, avançava ontem de manhã o diretor-geral da Saúde, Francisco George, em conferência de imprensa. O DN tentou saber ao final do dia se os resultados já estavam disponíveis, mas sem sucesso.

Na conferência, Francisco George garantiu que já não há risco. “As pessoas deixaram de correr risco a partir do momento do encerramento das torres de refrigeração. Esperamos que a partir do dia 20 deixem de surgir casos de pessoas infetadas com legionela, já que as torres encerraram a 10 e o período de incubação podem ser dez dias”, explicou. “O que estamos a ver é a bactéria detetada na água é a mãe das detetadas nos pulmões dos doentes. Não há conclusões até agora. Todas as medidas foram tomadas à luz dos princípios de precaução”, reforçou, adiantando que tinha “a certeza de que a fonte emissora das gotículas contaminadas com legionela tinha de ser de grande dimensão. À luz dos estudos de georreferenciação e dos inquéritos que desenvolvemos desde sexta-feira, sabíamos que as referidas torres tinham de estar implicadas”.

NÚMEROS

311

➤ **Pessoas infetadas por legionela**
Verificaram-se, até agora, 311 casos, tendo 303 pessoas (a maioria) sido internadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 4 na Região Centro, 3 na Região Norte e uma na Região do Algarve.

9

➤ **Novos casos reportados**
Foram reportados desde quarta-feira nove novos casos de infeção com ligação ao surto de Vila Franca de Xira. As autoridades adiantaram que um caso no Algarve e os dois no estrangeiro não estão relacionados com este surto.

7

➤ **Mortes confirmadas**
Ocorreram, até ao momento, sete óbitos confirmados por doença dos legionários, estando um outro em investigação, adiantou a Direção-Geral da Saúde. A taxa de letalidade (número de mortes por uma doença e o número total de doentes com essa doença) estimada até ao momento é de 2,3%.

48

➤ **Pessoas nos cuidados intensivos**
Ao final da tarde de ontem tinham sido registados 48 internamentos em unidades de cuidados intensivos da região de Lisboa, a maioria no Centro Hospitalar de Lisboa Central. Norte e Vila Franca de Xira. 19 doentes já tiveram alta.

Uma dezena de greves neste ano

PARAGENS Está agendada para hoje e para dia 21 mais uma greve nacional dos enfermeiros. Cumprem-se os dois dias à semelhança do que aconteceu a 24 e 25 de setembro. Foi precisamente a 25 que os enfermeiros participaram num protesto em frente ao Ministério da Saúde (na foto) que foi organizado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Este tem sido um ano recorde em número de greves, já que desde o verão terão sido organizadas cerca de uma dezena de paralisações, na sua maioria em unidades específicas, como o Centro Hospitalar de Lisboa Central, o Hospital de Santa Maria ou o Centro Hospitalar do Médio Tejo. Os enfermeiros pedem a contratação de mais profissionais, alegando serem poucos, o regresso a 35 horas de trabalho semanais e a harmonização de salários.



JOSE MANUEL FERREIROLA/AG. PANZERS

Ministério Público já está a investigar suspeitas de crime no surto de Vila Franca

INFEÇÃO Em causa estão negligência ou dolo eventual por falta de aplicação das regras de manutenção exigidas por lei

O Ministério Público (MP) já está a investigar suspeitas de crime para apurar os eventuais responsáveis pelas mortes causadas com o surto de legionela. A informação foi confirmada ao DN pelo gabinete da procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. "Corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal da comarca de Lisboa Norte - Vila Franca de Xira um inquérito relacionado com esta matéria", afirma.

Ao que o DN apurou, o procurador titular do processo, do núcleo de Vila Franca de Xira, estuda agora dois cenários: ou negligência pela falta de aplicação das regras de manutenção da fonte do surto ou, numa situação mais grave e extrema, um crime com dolo eventual, se o Ministério Público conseguir provar que os eventuais responsáveis sabiam que estavam a não cumprir as regras de manutenção, mas sem a intenção de causar a morte a alguém.

Este tipo de investigações por crime de poluição ou crime ambiental são muito raras no Ministério Público português. E de difícil prova. São, aliás, nulos os casos de condenações nos últimos anos por este tipo de suspeita. Também o Ministério do Ambiente adiantou que "no decurso do presente ano e tal como durante o ano de 2013, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) não detetou, no âmbito do exercício da sua atividade inspetiva, a prática de nenhum crime de natureza ambiental".

Ainda assim, os eventuais arguidos enfrentam uma pena de prisão até cinco anos se for considerado que houve negligência ou até oito anos se houver dolo. Em paralelo, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território avalia se houve incumprimento das obrigações ambientais e aí os eventuais responsáveis terão de pagar uma coima até cinco milhões de euros.

"Em causa está o artigo 279.º do Código Penal, agravado pelo 280.º por ter afetado a saúde pública. Se for considerada uma violação das obrigações decorrentes da gestão de risco ou da licença ambiental, que é

uma contraordenação muito grave, poderá ser sujeito a uma coima até cinco milhões de euros", explicou ao DN Ivone Rocha, advogada coordenadora do Departamento de Ambiente da SRS Advogados.

Na terça-feira, o ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, colocou a possibilidade de haver um eventual crime ambiental "por libertação de micro-organismos para o meio ambiente", na mesma altura que anunciou que seria feita uma fiscalização extraordinária às torres de refrigeração da ADP Fertilizantes, uma das três grandes indústrias da zona de Vila Franca de Xira.

Empresas como esta estão abrangidas pela lei industrial e obrigadas a ter um licenciamento ambiental, que impõe o uso das melhores técnicas disponíveis e a avaliação permanente de risco ambiental, onde se incluem vários elementos, entre eles a qualidade do ar interior e exterior. Têm de fazer monitorização permanente e comunicações periódicas à Agência Portuguesa do Ambiente. "O que está em causa tem que ver com a responsabilidade ambiental (decreto-lei 147/2008) que a obriga a indústria deste tipo a fazer permanente avaliação de risco ambiental. O legis-

lador exige que mesmo perante uma simples ameaça de dano a empresa tome as medidas necessárias para evitar o dano", acrescentou Ivone Rocha, referindo que a presença de bactérias em determinada

concentração constitui dano ambiental.

Já depois da fiscalização, a ADP Fertilizantes afirmou, através de comunicado, ter "cumprido todas as obrigações impostas pela lei quanto à análise e tratamento de águas que utiliza nas suas torres de arrefecimento das fábricas e tem sido submetida a inspeções regulares pelas autoridades, observando com rigor todas as recomendações por elas feitas".

Ontem os trabalhadores da empresa reuniram-se em plenário e disseram-se muito preocupados com a situação e manifestam solidariedade para com os doentes e as famílias.

ANA MAIA
e FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Efeitos na saúde pública agravam possíveis punições

**LEGIONELA****Paulo Macedo
congela greve
de enfermeiros
em cinco hospitais**

● O Ministério da Saúde obrigou os enfermeiros dos cinco hospitais onde está internada a maioria dos doentes infetados com legionela a irem trabalhar hoje e na próxima sexta-feira, dias de greve nacional. Profissionais vão cumprir, mas ameaçam com tribunal. **PORTUGAL** PÁGS. 10 E 11